



Captura corporativa da Cúpula Mundial de Sistemas Alimentares

Flavio Luiz Schieck Valente¹

Thalita Milena Amorim²

Enquanto debatemos e nos mobilizamos contra a fome no contexto da pandemia da Covid 19, os técnicos do Fórum Econômico de Davos e técnicos da ONU estão preparando a Cúpula Mundial dos Sistemas Alimentares. O evento busca garantir que o Agronegócio continue a ser capaz de extrair lucratividade máxima da exploração predatória dos recursos naturais do planeta, incluindo os recursos humanos, garantindo a produção de produtos comestíveis, não necessariamente alimentos, de maneira a manter baixos os custos da mão de obra.

A iniciativa da Cúpula Mundial dos Sistemas Alimentares é resultado direto da Global Redesign Initiative do Fórum de Davos em 2010 que estabeleceu as bases do multistakeholderism (Governança Multipartite), definindo 80 agendas globais de como o setor privado deve assumir a governança nacional e global, substituindo progressivamente o papel do setor público, alegando que os Estados nação, bem como a ONU seriam corruptos, ineficientes e incompetentes para fazê-lo (WEF, 2010) (Gleckman, 2016). E um dos eixos centrais desta estratégia das elites é como se contrapor à agroecologia e à soberania alimentar, que são os eixos centrais da estratégia do único inimigo que mete medo na elite, os movimentos sociais de base, sob a liderança da Via Campesina.

Desde o Fórum Popular, realizado em paralelo a Cúpula Mundial da Alimentação (Roma, 1996), o Movimento Global pela Soberania Alimentar, liderado pela Via Campesina, vem questionando as bases do modelo produtivo do Agronegócio, e contra propondo a promoção de sistemas alimentares com base nos princípios da agroecologia, no contexto da promoção da Soberania Alimentar. O debate sobre o tema se intensificou após a crise alimentar de 2008-2010 estimulado pelo avanço da Sindemia, e a possibilidade de realização de uma Conferência sobre o tema tomou corpo. O relatório, produzido pela revista Lancet (2019), responsabiliza o sistema alimentar do agronegócio pela mudança climática. Mas vai além, e afirma que os sistemas alimentares hegemônicos promovem três pandemias que interagem entre si e

¹ Médico (USP, 1972), Mestre em Saúde Pública (Harvard School of Public Health, 1976), Pesquisador associado no Departamento de Nutrição da UFPE. (2018 -), Honorary Research Fellow at the Center for Agroecology, Water and Resiliency, Coventry University, UK (2019 -), Affiliate Faculty at the Department of Nutrition and Food Studies, Syracuse University, New York (2019-), FIAN International Secretary General, Germany (2007 – 2015)

² Nutricionista, Mestranda na área de Nutrição, UFPE.



se constituem em uma sindemia global, incluindo a fome, a obesidade e doenças correlatas, e mudança climática. (Lancet, 2019)

Esperava-se que essa iniciativa da Cúpula tivesse lugar no espaço político do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, reconhecido por todas as partes como o fórum mais inclusivo de discussão e deliberação sobre políticas globais de Segurança Alimentar e Nutricional. O mundo foi pego de surpresa pela iniciativa do Secretário Geral da ONU de formalizar uma parceria com o Fórum Econômico Mundial de Davos para convocar e preparar a Cúpula Mundial sobre Sistemas Alimentares a ter lugar em Setembro de 2021.

A sociedade civil global vem manifestando seu repúdio ao processo de convocação e preparação da Cúpula Mundial de Sistemas Alimentares (CMSA) desde o primeiro momento. O Mecanismo da Sociedade Civil e Povos Indígenas para o Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU (MSCPI) entende que a convocação do evento pela Secretaria Geral da ONU em parceria com o Fórum Econômico de DAVOS fere o sistema multilateral de governança e expõe o processo ao risco de captura do mesmo pelos interesses privados das corporações que compõem o Fórum Econômico Mundial (FEM). Ao mesmo tempo, esta decisão enfraquece o mandato político do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) (VALENTE, 2015).

O MSCPI deixou clara sua posição em reunião mantida com a Sub Secretaria Geral da ONU, no dia 30 de abril de 2021:

“Abordar questões de assimetrias de poder, concentração corporativa e agência das pessoas é fundamental para garantir as transformações dos sistemas alimentares. O multissetorialismo, como está sendo praticado na Cúpula do Sistema Alimentar e por meio do Memorando de Entendimento assinado pelo Secretário-Geral da ONU e pelo Fórum Econômico Mundial (WEF), tenta minar este modelo e permite que os atores corporativos mais influentes exerçam poder indevida na formulação de políticas públicas, inclusive na ONU, e para promover a captura corporativa dos sistemas alimentares em todos os níveis”. (MSCPI, 2021)

Na mesma reunião, os delegados do MSCPI informaram a ONU sobre a decisão da sociedade civil global de realizar um processo político independente frente à Cúpula:

“O Grupo de Ligação do MSCPI informou a Secretaria Geral Adjunta da ONU sobre a decisão tomada pelas organizações que participam do processo independente da sociedade civil e dos Povos Indígenas que desafiam a CMSA, de organizar contra eventos em torno da Pré-Cúpula em julho. O curso político do processo independente continuará a desafiar a Cúpula de



Sistemas Alimentares, promover a soberania alimentar e a transformação radical dos sistemas alimentares corporativos, defender o CSA, incluindo seu Painel de Especialistas de Alto Nível (HLPE) e defender o mandato de direitos humanos da ONU.”

O MSCPI tem muito claro que a agenda do Davos e das corporações é a de continuar a tentar barrar de qualquer maneira um processo de transição agroecológica, no contexto da promoção da Soberania Alimentar. Uma das questões centrais, fora o conteúdo das decisões a serem tomadas, está na questão de que instituição ficará encarregada de fazer o seguimento e monitoramento da implementação do plano de trabalho aprovado pela Cúpula. Esta questão não foi abordada em nenhum dos documentos preparatórios circulados até o momento (MSCPI, 2021).

Mobilização social

A sociedade civil global está se mobilizando, com a facilitação do Mecanismo da sociedade civil e povos indígenas para o CSA, e reafirmou suas posições em atividades paralelas às atividades oficiais da Pré cúpula, realizadas em Julho e fará o mesmo no período da Cúpula, que terá lugar em Setembro de 2021.³

Em paralelo a estas atividades, a Coalizão Global pelo desmantelamento do Poder Corporativo continua a participar de forma proativa nos trabalhos do Grupo de Trabalho do Conselho de Direitos Humanos da ONU, encarregado desde 2014 da elaboração de uma proposta de Tratado vinculante de Direitos Humanos com o objetivo de regular as atividades das corporações multinacionais, responsabilizando-as por seus crimes contra os direitos humanos. A aprovação do tratado representaria um grande avanço para os afetados por irregularidades cometidas por multinacionais no contexto da discussão acima.⁴

A batalha travada no Conselho de Direitos Humanos e na Cúpula sobre sistema alimentares é a mesma: é a disputa frontal entre os direitos humanos da população em geral e os direitos dos investidores, garantidos pelos mais de 3000 tratados, bilaterais e multilaterais de livre comércio. A assimetria de poder entre os investidores e o povo permite que as corporações levem o poder público à justiça privada, a maior parte das vezes de maneira confidencial, com a imposição de multas bilionárias em resposta às políticas públicas que reduzem a margem de lucro das multinacionais ao estabelecer limitações às atividades das corporações, com o objetivo de proteger a população e o meio ambiente contra o impacto das mesmas (Valente, 2017).

³ Mais informações sobre as atividades propostas podem ser encontradas em: <https://www.csm4cfs.org/14024/> (Acessado no dia 24 de julho de 2021)

⁴ Mais informações sobre a Campanha em: <https://www.stopcorporateimpunity.org/> (Acessado no dia 24 de julho de 2021)



Somente uma forte articulação de todos os setores sociais mais afetados por estas iniciativas, em nível nacional e internacional, será capaz de reverter o quadro atual de desigualdades e assimetria jurídica. A eventual aprovação do Tratado sobre as atividades das corporações pode ser o primeiro passo para o estabelecimento da primazia do marco legal de direitos humanos, sobre todos os outros marcos legais internacionais, propiciando um ambiente internacional mais propício ao desenvolvimento humano centrado no ser humano e no meio ambiente.

Referências

Gleckman, H. Multi-stakeholderism: a corporate push for a new form of global governance. In: State of Power. Amsterdam, TNI, 2016.

Lancet. 2019: The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. January 27, 2019.

In: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8) (Acessado em 25 de julho de 2021)

MSCPI. Multilateralism and Transformation of Corporate Food Systems: Different Visions, Different Pathways. Rome, CSM for the CFS, 2021. Disponível em: <https://www.csm4cfs.org/multilateralism-transformation-corporate-food-systems-different-visions-different-pathways/>. Acessado em 22 de julho de 2021.

Valente, F.L.S. “The Corporate Capture of Food and Nutrition Governance: A Threat to Human Rights 15 and Peoples’ Sovereignty ” in: **Right to Food and Nutrition Watch. People’s nutrition is not a business**. Heidelberg: FIAN International, Brot Für die Welt, and ICCO; 2015

Valente.F L.S. “A Resistencia dos povos do cerrado contra a financeirização predatória da terra e da natureza pelo capitalismo “moderno” e seu impacto obre a realização dos direitos humanos !. In: Direitos Humanos no brasil 2017: relatório da rede Social de Justiça e direitos Humanos. Daniela Strefano e Maria Luiza Mendonça (org). São Paulo, Outras Expressões. 2017.p 68-75.

World Economic Forum. Global Redesign: Strengthening International Cooperation in a More Interdependent World. Davos, WEF, 2010.